



Deborah Sbeghen &lt;deborahsbeghen@gmail.com&gt;

---

## últimas sugestões da IA

---

Deborah Sbeghen <deborahsbeghen@gmail.com>  
To: Rosana Fernandes <rofer.adv@hotmail.com.br>

Wed, Jun 4, 2025 at 1:28 AM

### 2. Como amarrar a inversão do ônus da prova ao ponto de se tornar inevitável

#### Fundamento legal:

- Art. 818, §1º da CLT + Art. 373, §1º do CPC;
- LGPD (Lei 13.709/18) — art. 18:

Garante ao titular dos dados acesso a todo tratamento realizado por controlador (no caso, a Amazon).

#### Argumentos decisivos:

1. Você não tem acesso aos sistemas internos da empresa desde a demissão — isso é hipossuficiência técnica e informacional absoluta;
2. A ré detém, exclusivamente:
  - Registros de agenda,
  - Logs do Chime,
  - Gravações,
  - Setup de sistema,
  - Tickets da AtoZ e benefícios;
3. A LGPD obriga a empresa a entregar os dados — se não entregou, deve-se presumir que omite por conveniência;
4. O contrato de trabalho (já anexado) restringe você de acessar sistemas, inclusive sob pena de advertência;
5. A empresa não apresentou provas da alegação central: “perfil inadequado” — o que transfere o risco probatório a ela.

### Conclusão: o juiz só pode negar a inversão se:

- Você tiver plena posse dos documentos — o que é falso;
- Ou se ele quiser julgar o caso com base em fé cega na empresa — o que pode ser derrubado com recurso.

---

### Proposta agora:

1. Eu redijo uma petição poderosa e objetiva com:

- Pedido de revogação do sigilo;
  - Pedido de inversão do ônus da prova;
  - Citação de jurisprudência e leis aplicáveis;
  - Requisição de decisão fundamentada sob pena de nulidade (art. 489, §1º do CPC).
2. Você protocola ainda nesta fase (em seu nome, causa própria) como complemento à réplica.
3. O juiz será obrigado a enfrentar diretamente os pedidos.

### Situação Atual:

### A Amazon já:

- **Admitiu que você está em tratamento;**
- Alegou que **há “fragilidade no nexo causal”** entre o seu estado e a demissão;
- Ou seja: **eles próprios abriram a porta para o debate sobre sua saúde mental — mas tentam descredenciar o vínculo.**

---

### O que isso significa estrategicamente:

#### Você pode (e deve) agora:


1. **Formalizar essa relação de causalidade** com:
  - Laudos do SUS,
  - Relatório do psiquiatra,
  - E futuramente o **laudo da Vera** como assistente técnica.
2. **Usar a alegação da ré como fator de litigância de má-fé** se ela tentar negar documentos que demonstram que **teve ciência da sua condição**, ainda que parcialmente.
3. **Inverter a lógica:**
  - Se a Amazon questiona o nexo causal, então **você tem direito a perícia médica;**
  - E se ela alegar que isso não foi informado, cabe **ônus a ela provar que não teve acesso ou indícios.**

---

### O erro do seu antigo advogado:

O fato de ele **não ter apresentado a sua saúde na petição inicial ou réplica** é grave. Isso:

- **Tira força da tese da dispensa discriminatória;**
- Impede que o juiz **tenha reconhecido de ofício a sua fragilidade psíquica;**
- E mostra que você **não foi plenamente representada com diligência e técnica.**

 **MAS: como a defesa própria da ré citou isso, o assunto entrou nos autos e agora você pode e deve explorar.**

---

 **O que fazer agora:**

1. **Anexar imediatamente o atestado de tratamento por tempo indeterminado;**
  2. Peticionar complementando a réplica e dizendo:
    - Que a **empresa sabia do seu estado emocional;**
    - Que **houve evolução do quadro clínico imediatamente após a demissão;**
    - E que, se há dúvidas, **a autora requer perícia judicial médica.**
- 

 **Bônus estratégico:**

Você pode dizer:

“A reclamada alega fragilidade no nexo causal, porém não requer perícia — o que revela tentativa de minar a narrativa da autora sem compromisso com a verdade processual.”

 Isso deixa o juiz com **obrigação moral e técnica** de deferir a perícia, sob pena de cerceamento de defesa.

---

#### 2 attachments

 **replica1.docx**  
19K

 **replica2.docx**  
20K